

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Sofia Nogueira Tristão Bernardes

SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO E FEMINISMO MARXISTA

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Dr. Leonardo Silva Andrada

Juiz de Fora
2018

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **SOFIA NOGUEIRA TRISTÃO BERNARDES**, acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculada sob o número 201672131A, declaro que sou autora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO E FEMINISMO MARXISTA**, desenvolvido durante o período de agosto de 2018 a novembro de 2018 sob a orientação do professor doutor Leonardo Silva Andrada, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Sofia Nogueira Tristão Bernardes

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO E FEMINISMO MARXISTA

Sofia Nogueira Tristão Bernardes¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo esclarecer sobre o que significa a socialização do trabalho doméstico e sua posição nas pautas do feminismo marxista, bem como a visão marxista sobre o trabalho doméstico e como esta se relaciona diretamente com a equidade de gênero e emancipação da mulher. Passando por uma análise do debate marxista e do feminismo classista acerca do trabalho doméstico – onde se encaixa na reprodução da produção capitalista e no grupo de trabalhos improdutivos, sua relação com a divisão sexual do trabalho - até o exemplo histórico dos bolcheviques na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Por fim nos inspirando em Kollontai propomos uma crítica à moral sexual burguesa e suas divisões seculares por gênero, que oprimem as mulheres e nos tiram o foco da luta de classes.

PALAVRAS CHAVE: Feminismo marxista. Trabalho doméstico. URSS.

ABSTRACT

This article aims to clarify what the socialization of domestic work is, and its position in the agendas of Marxist feminism, as well as the Marxist view on domestic work and how it relates directly to gender equity and emancipation of women. Going from an analysis of Marxist debate and class feminism to domestic work - where it fits into the reproduction of capitalist production and the group of unproductive labor, its relation to the sexual division of labor - to the historical example of the Bolsheviks in the Union of the Republics Soviet Socialists. Finally, inspired in Kollontai, we propose a critique of the bourgeois sexual morality and its secular divisions by gender, which oppress women and take us away from the class struggle.

KEYWORDS: Marxist feminism. Domestic work. USSR.

I. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo dissertar sobre a socialização do trabalho doméstico e sua posição nas pautas do feminismo marxista, bem como a visão marxista sobre o trabalho doméstico e como esta se relaciona diretamente com a equidade de gênero e emancipação da mulher. Passando por uma análise do debate marxista acerca do trabalho doméstico, até o exemplo histórico da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e uma concepção mais igualitária sobre distinções de gênero.

Wendy Goldman em seu livro “Mulher, Estado e Revolução” retrata, dentre tantas outras coisas, a concepção da socialização do trabalho doméstico e suas consequências quando posta em prática. Nos mostra uma forma diferente, em oposição à patriarcal, de se pensar a família; as instituições; o espaço doméstico; o jurídico... a sociedade como um todo. Esta forma tão distinta do que vivemos no capitalismo desenvolvido, proposta e realizada pelos bolcheviques, diariamente nos passa despercebida como possibilidade real de modo de vida e mais ainda, mudança necessária a ser promovida pelo feminismo classista. Pela questão do trabalho doméstico permeiam as opressões exclusivas à mulher; o alicerce da família tradicional patriarcal; as condições materiais de reprodução do capital e muita das vezes se somando a essas, as opressões raciais também.

Já Alexandra Kollontai nos chama a atenção para o nascimento de uma nova mulher e a necessidade de uma nova moral sexual que a suporte, se desprendendo das noções de amor romântico, de disparidade natural ou biológica entre homens e mulheres e da opressão da mulher pelo homem, vendo-os como companheiros de vida e camaradas de classe.

Angela Davis, Joana El-Jaick, Mirla Cisne, nos trazem exemplos contemporâneos e uma análise marxista sobre o desenvolvimento da mulher no mercado de trabalho e no ambiente doméstico e familiar. Além também, é claro, do contexto dos brasileiros que ainda hoje empregam trabalhadoras domésticas.

¹Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: sonogueirabernardes@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Leonardo Silva Andrada.

É sobre esta base teórica marxista e exemplos históricos que se produz este artigo, entendendo que nenhuma outra visão de mundo saberia comportar e interpretar de forma real as questões femininas, propondo-as uma solução devida e um meio para alcançá-la.

Para a concepção do artigo o método usado fora o de pesquisa bibliográfica e elaboração de artigo argumentativo com a proposta de causar reflexão no leitor sobre pautas inferiorizadas ou simplesmente impensadas, porém não por isso menos importantes.

II. O DEBATE ACERCA DO TRABALHO DOMÉSTICO PELO FEMINISMO MARXISTA

O serviço de se cuidar de uma família; isto é, lavar, passar, cozinhar, cuidar das crianças... o serviço que se dá no ambiente doméstico, tradicionalmente fora feito por mulheres e estigmatizado como função feminina. Até alguns séculos atrás, porém, este serviço não era visto como um trabalho. Um trabalho doméstico. Isto porque o trabalho doméstico é “virtualmente invisível” (DAVIS, 2013), notamos sua diferença apenas quando não é feito – casa desarrumada, louças sujas, etc. - porém quando feito nos passa despercebido. Além de invisível é improdutivo e alienante, não tem como fruto uma mercadoria ou agrega valor à um produto, se esvai no tempo; é maçante e não criativo; degradante. O trabalho doméstico era visto como assunto estritamente particular e feminino, como se mulheres nascessem destinadas a ocupar tal espaço meramente familiar, e privado.

Foi principalmente a partir do século XIX, com a maior inserção de mulheres no mercado de trabalho, que esta imagem começou a se romper. Mulheres passaram a ocupar espaços “masculinos”, foram obrigadas a conciliar trabalho formal com o doméstico e cuidado dos filhos, começaram a se identificar com as pautas e lutas socialistas e operárias - até mesmo por integrarem a parte mais precarizada da massa trabalhadora. Houve, em meio à tanta exploração e inferiorização, uma expansão dos horizontes femininos em busca de uma nova identidade, direitos civis e políticos e ruptura com os ideais burgueses e religiosos. A separação entre as esferas públicas e privadas que limitava a mulher ao ambiente doméstico passa a ser questionada pelas feministas marxistas, em especial destaque as revolucionárias bolcheviques do século XX que puseram um projeto de socialização do trabalho doméstico em prática - será tratado adiante.

A opressão feminina assim revela seu caráter multifacetado ao expor a dupla jornada da mulher trabalhadora e seu lugar na sociedade, tendo seu trabalho explorado pelo marido e pelo burguês, duplamente subjugada pela ideologia burguesa. Enquanto o homem vê-se isento das tarefas domésticas, tem um tempo livre a mais do que a mulher, tempo este que também é cooptado pelo patrão.

De forma resumida: a mulher realiza um trabalho gratuito e degradante, tendo menos tempo livre e seu lugar no mercado de trabalho rebaixado. Por outro lado, o trabalhador tem mais tempo a ser explorado pelo patrão, que se isenta de arcar com os custos integrais da reprodução da força de trabalho.

A publicização da questão doméstica; a socialização do trabalho doméstico - através de lavanderias, restaurantes coletivos, serviços de limpeza, creches e escolas públicas - tiraria a família (que muitas das vezes se resume à mulher e suas crianças) do espaço privado, colocando como responsabilidade do Estado educar e cuidar das crianças e tiraria a mulher deste lugar de exploração e enclausuramento completos.

Porém a questão feminina vai além; uma vez que as relações de produção definem toda uma sociedade, a exploração da mulher pelo homem é mais uma caricatura da exploração do trabalhador pelo capitalista. A propriedade privada centrou a organização familiar no homem e seus descendentes. Este formato patrilíneo fundou o casamento (monogâmico) entre homens e mulheres, exigindo fidelidade das mulheres e produção dos homens.

O salário é uma forma de controle da mulher também, através da família e do matrimônio. É por esse matrimônio de ideologia burguesa de sacralização da propriedade privada, que o marido pai de família, patriarca, se torna “delegado” encarregado de dar continuidade ao projeto de subjugação feminina e opressão misógina do sistema, não enxergando a mulher como sua companheira de classe. Neste sentido devemos pensar na socialização do trabalho doméstico como mais uma ferramenta de contestação da propriedade privada e do sistema capitalista como um todo.

O sistema de produção capitalista forneceu, tantos séculos após a derrocada do matriarcado, as condições de emancipação das mulheres ao incluí-las na produção social. Porém, ao mesmo tempo que fornece tais condições cria também suas contradições entre o papel da mulher na sociedade e a concepção tradicional de família, pouco a pouco esvaziando os significados e símbolos da instituição familiar. Forneceu a elas as ferramentas da liberdade, porém as condições materiais para utilizá-las não são encontradas senão no socialismo.

Com mais tempo livre e igualdade social perante aos homens, as mulheres podem se ver parte da classe trabalhadora e se desenvolverem política e intelectualmente, atuando nos espaços públicos e defendendo seus interesses. Além disso toda a sociedade se veria responsável pelo cuidado das crianças e manutenção da parte reprodutora da produção, valorizando as tarefas domésticas enquanto essenciais para o abastecimento das condições materiais mais básicas.

II.1. A DISCUSSÃO SOBRE PRODUTIVIDADE DO TRABALHO

As divisões entre público e privado se complexificaram ao abarcarem outras categorias da organização social, a partir de uma interpretação histórica marxista, como o trabalho produtivo ou improdutivo e a reprodução do trabalho.

Ao analisar a produtividade do trabalho, Marx desconsidera a discussão sobre qual trabalho é produtivo *em geral*, levando em consideração apenas o ponto de vista do capital, do sistema capitalista de economia. Todo sistema ou ordem econômica tem o seu conceito de trabalho produtivo. Assim sendo, a análise marxista independe do conteúdo ou caráter do trabalho concreto, sendo considerado produtivo ou não devido a sua forma social de organização na economia capitalista.

Dentro deste sistema, é produtivo aquele trabalho que produz mais-valia para o capitalista. Portanto, prestação de serviços públicos, por exemplo, não são incluídos na lista de trabalhos produtivos – assim como o trabalho doméstico. Não porque tais funções sejam vistas como inúteis, tampouco por não produzirem “coisas” somente, mas porque sua forma de organização está sobre princípios de direitos públicos ou na esfera da vida particular e não sobre uma forma de empresas privadas. Apesar de o capitalista consumir este tipo de trabalho, não o faz como representante do capital, mas sim de forma improdutivo.

O trabalho reprodutivo é aquele dedicado à reprodução das condições materiais da produção, como produtos alimentícios, habitação; a reprodução do Homem, continuação da espécie, produção da próxima geração de mão de obra. Percebe-se que a família e o trabalho doméstico se encontram no centro do trabalho reprodutivo, vinculados com a produção. Da mesma forma que não se pode alargar o conceito marxista de trabalho produtivo, correndo o risco de se corromper a obra de Marx e prejudicar sua teoria para que lhe caiba o trabalho doméstico, também não se pode analisar o trabalho coletivo sem se ver a reprodução deste modo de produção. As etapas não produtivas estão atreladas à produção de forma indissociável e se o modo de produção é capitalista, também o será a reprodução.

O processo de produção se inicia com a compra da força de trabalho. Esta força de trabalho tem de ser renovada constantemente. As mulheres, o trabalho doméstico, são responsáveis pela produção e manutenção de força de trabalho a ser consumida pelo capitalista, ocupando um espaço necessário para a acumulação, produzindo valores de uso:

Dessa maneira, a reprodução do capital encontra-se vinculada ao consumo individual de meios de subsistência realizado pelos trabalhadores, ainda que este se dê fora do ambiente da produção, por exemplo, na esfera familiar.

Embora esse consumo individual do trabalhador seja “para ele mesmo improdutivo, pois reproduz apenas o indivíduo necessitado, ele é produtivo para o capitalista e para o Estado, posto que gera a força produtora da riqueza alheia” (Marx, 1985, p. 158). Podemos concluir, portanto, que, segundo Marx, o consumo individual dos trabalhadores apresenta-se, em última instância, como condição objetiva do processo produtivo, sendo o combustível necessário para o dispêndio da força de trabalho. (ANDRADE, 2015)

O capital se apropria da organização familiar e deforma a família para acolher as suas necessidades; o homem se vê livre do trabalho doméstico, porém tem mais tempo cooptado pelo capitalista, ao mesmo tempo os demais integrantes da família – mulheres e crianças – ao dependerem financeiramente do homem para a sua subsistência, são rebaixados e submetidos aos mandos e desmandos do patriarca, que segue uma lógica mercadológica de valorização do salário, da produção de mercadorias e da propriedade. Assim o capital atinge as mulheres também nos seus direitos individuais e autonomia, não só as torna dependentes de um patriarca que reproduzirá a lógica exploratória do sistema econômico, mas também domina seu corpo físico e seus órgãos reprodutivos que socialmente se responsabilizam pela reprodução da força de trabalho – a partir desta reflexão podemos entender porque é economicamente interessante em muitos países ainda proibir e desestimular o aborto, por exemplo.

Por essa indissociabilidade da produção e reprodução podemos dizer que nem mesmo aqueles que desempenham apenas as funções reprodutivas estão distantes da experiência de classe, apesar de submetidos a condições extremamente alienantes. Podemos seguir o mesmo raciocínio para as mulheres burguesas, que

apesar de vítimas do patriarcado e subjugadas enquanto mulheres, compartilham dos interesses de sua classe, contribuindo com e desejando a continuidade da exploração da classe trabalhadora que garante a continuidade do seu modo de vida privilegiado.

O capitalismo é hostil à ideia de industrialização ou ainda mais, socialização do trabalho doméstico. O trabalho doméstico não gera lucro e, portanto, é visto como inferior – e aqui nota-se uma diferenciação entre a economia doméstica e a de produção na objetivação do lucro no capitalismo.

Esta separação entre produção e reprodução, economia pública e economia privada se deve pela condição primitiva do trabalho doméstico. Apesar de todos os esforços tecnológicos e propagandísticos na intenção de modernizar o trabalho doméstico – em especial nos EUA a partir da década de 50 – este continua uma atividade absurdamente alienante que sequestra horas dos dias das mulheres, que deveriam estar sendo dedicadas ao amadurecimento intelectual e político.

II.II. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO

A uma visão essencialista, naturalizante e antiquada da história couberam as interpretações normativas acerca do “lugar da mulher”, do que é ser mulher e o que faz parte do conjunto de símbolos e significados do “feminino”. Estes entendiam a mulher como naturalmente, biologicamente, destinada ao ambiente doméstico e suas tarefas, as excluindo da esfera pública e participação política na sociedade. As mulheres eram tidas como incapazes de compreensão intelectual e atividade política, ou ao menos inferiores nestes sentidos em relação aos homens, quase como uma subespécie. Exploradas no ambiente doméstico e no trabalho as mulheres vivem diariamente os efeitos da cisão tipicamente moderna entre as esferas pública e privada, inclusive em sua concepção de tempo, pois no seu tempo que supostamente é livre ainda têm que administrar o trabalho doméstico e cuidados da família.

Sob esta ótica de inferiorização da mulher enquanto sujeito define-se um dos traços do patriarcado, que é apropriado pelo sistema capitalista na forma de desvalorização da mão de obra feminina e dos ofícios onde a maioria dos trabalhadores são mulheres, além da constante recusa e ameaça dos direitos básicos trabalhistas às mulheres, que em boa parte também são mães.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho, portanto, é marcada por preconceito, opressão e divisão por gênero ao invés de união por classe. Além das questões da divisão sexual do trabalho apontadas, mais uma vez se mostra o fardo da mulher o trabalho doméstico, pois mesmo com sua adentrada ao mercado de trabalho este continua sendo sua responsabilidade, criando o cenário de jornada dupla de trabalho – nos casos onde ainda não eram existentes, pois para muitas mulheres a combinação de trabalho produtivo e doméstico antecede o século XIX.

Percebe-se a combinação cultural e social/econômica que define a opressão da mulher, onde todos estes fatores se reforçam mutuamente; o patriarcado e o sistema capitalista andam de mãos dadas forçando a mulher a exercer um trabalho completamente alienante, que não produz mercadoria alguma e começa do zero todos os dias e que ainda por cima a embrutece pois toma-lhe o tempo que deveria servir para seu aprimoramento intelectual, artístico e participação política. A mulher realiza o trabalho doméstico que é invisível, virtual, para que o trabalho produtivo do homem se fixe, objetivo, na mercadoria do capitalista, e a ela cabe este lugar onde não há espaço para a expressão de sua sensibilidade e consciência de si mesma através das ciências, ou atividade e reivindicações políticas. Além dos efeitos psicológicos e emocionais desta jornada dupla de trabalho.

A divisão sexual do trabalho segmenta e hierarquiza as funções. Aquelas entendidas como femininas são rebaixadas, replicando a hierarquia do ambiente doméstico. O segmento de trabalhos e funções “femininas” se baseia na ideia de “dons”, de atributos biologicamente naturais da mulher, como suas supostas sensibilidade e passividade a tornando mais apta a cuidar da casa e dos filhos ou menos apta à liderança, por exemplo. Além da ideia de “instinto materno” que leva a mulher moderna à maternidade compulsória, ou todo o aparato do amor romântico, a ser tratado adiante, que idealiza o matrimônio e a família, afastando a mulher da consciência sobre sua exploração.

Estas noções de “instintos” femininos, dons biológicos, plano divino ou lugar cultural da mulher, desvalorizam os trabalhos realizados majoritariamente ou historicamente por mulheres e trazem uma falsa concepção do seu trabalho como um hobby ou uma atividade natural do seu ser. Por isso muitas mulheres não se identificam trabalhadoras, ou se distanciam das pautas e reivindicações da classe trabalhadora, não se

enxergando parte dela. Outro ponto a ser levantado é que a desvalorização e não remuneração do trabalho doméstico possibilita a desvalorização também do salário mínimo, visto que este está fundado nos custos da reprodução da força de trabalho. A competição entre homens e mulheres no mercado de trabalho, bem como o machismo, também contribuem para todo este sistema de produção e reprodução, comprometendo os interesses da classe trabalhadora ao reduzir objetivamente seus ganhos.

Os estigmas criados sobre a feminilidade e o “ser mulher” tem efeitos diferentes para as mulheres negras, que historicamente foram marcadas por uma diferente noção de “natureza feminina”. O ideário da mulher passiva, sensível e frágil atribuído à mulher branca, burguesa ou de classe média, dificilmente fora infligido à mulher negra, que culturalmente fora associada ao trabalho desde a época da sua escravidão. As mulheres negras tiveram um espaço distinto na divisão do trabalho, realizando o trabalho braçal e degradante desde muito antes das demais mulheres. A força, a alta constituição, a sexualidade e procriação, sempre foram associadas à mulher negra, que passou de escrava para empregada doméstica, sendo desde sempre “natural” de si a divisão do tempo entre trabalho produtivo e trabalho doméstico – até mesmo o realizado em casas alheias, das mulheres que passaram a integrar o mercado de trabalho formal.

No sistema capitalista, a mulher negra é a base mais explorada e que sustenta todo o resto. O peso da reprodução da força de trabalho recai pesadamente sobre seus ombros e a cultura do patriarcado e do racismo criam uma sociedade que lhe é hostil e ameaçadora. Dentro do grupo das mulheres trabalhadoras, são as primeiras a se afetarem pelos cortes de direitos, são as mais inferiorizadas no mercado de trabalho e são as com menores condições de acesso à educação, especialização; por motivos históricos, culturais e econômicos.

Ao observarmos as especificidades das mulheres negras ou das migrantes das áreas rurais ou do norte/nordeste do país, em boa quantidade vivendo sob condições extremamente precárias de moradia, nas favelas ou bairros periféricos sem saneamento básico; com diversos empecilhos ao acesso ao trabalho e educação, vemos na prática como a remuneração do trabalho doméstico está longe de servir de solução para qualquer problema. As empregadas domésticas seguem sendo parte extremamente precarizada da massa trabalhadora, muitas vezes em condições análogas à escravidão ou tendo seus direitos trabalhistas desrespeitados, muitas outras começando a trabalhar ainda crianças e morando na casa onde trabalham. O trabalho doméstico segue sendo infundável, alienante e degradante à dignidade humana.

O trabalho doméstico é um dos mais desvalorizados, estigmatizados. É indefinido e não tem fim ou continuidade. Seus trabalhadores não têm como se organizar de forma efetiva e, portanto, não possuem representação de peso ou uma identidade. O trabalho doméstico como está hoje na sociedade brasileira, apesar dos avanços e ganhos de direitos dos últimos 10 anos, é degradante à mulher, em especial a mulher negra e é também um retrato de nossas raízes coloniais e de nosso feminismo liberal.

III. O EXEMPLO DA UNIÃO SOVIÉTICA

Marx e Engels não se estenderam muito sobre as especificidades da opressão feminina, também não se propuseram à profundas análises sobre as relações familiares, porém por diversas vezes diferenciaram o matrimônio burguês esvaziado de afeto e companheirismo; fundado na propriedade privada, da união dos proletários, despossuídos; que deveria buscar o amor como sua única razão de ser. Alguns teóricos marxistas no entanto, posteriormente se puseram a pensar tais temas, construindo a emancipação da mulher.

Ao contrário das feministas modernas, que defendem a redistribuição das tarefas domésticas dentro da família, aumentando a porção do homem nas responsabilidades domésticas, os teóricos bolcheviques buscavam transferir o trabalho doméstico para a esfera pública. (...) A abolição da família, em vez do conflito de gêneros dentro dela, era a chave da emancipação das mulheres. (GOLDMAN, 2014).

Estes teóricos soviéticos pensavam em quanto os pais e o ambiente privado poderiam intervir na educação das crianças e se responsabilizar pelo trabalho doméstico, focando o Estado como principal mantenedor das forças reprodutivas. Através destas ideias de socialização do trabalho doméstico e “estatização” do cuidado das crianças toda a lógica patriarcal e ligada à propriedade que fundava a instituição da família caía por terra, agora criando um contexto de uniões baseadas no companheirismo e mutualidade. A teoria dos bolcheviques sobre a família e a mulher se fundava sobre quatro pilares: a união livre; a inserção das mulheres no trabalho assalariado; a socialização do trabalho doméstico e a deterioração da família.

Sobre essa base se construiu um sistema jurídico que priorizava o bem-estar das mulheres e crianças em todas as decisões e casos sobre pensão ou paternidade, por exemplo, sem se preocupar em cometer erros.

Para este fim o trabalho doméstico fora considerado necessário socialmente e equiparável ao trabalho produtivo, como em casos onde o homem trabalhava fora e a mulher cuidava da casa, todo artefato adquirido fruto deste trabalho produtivo deveria ser partilhado igualmente pelos dois, pois entendia-se que o trabalho improdutivo fora tão necessário para a aquisição dos artigos quanto o produtivo. O divórcio além de legalizado foi extremamente facilitado, chegando ao ponto em que um dos cônjuges poderia se divorciar sem o outro saber, apenas um cartão postal o era enviado com a notificação, e o aborto foi legalizado e regulamentado, apesar das condições precárias do contexto e da época.

Enquanto os trabalhadores urbanos se identificavam mais facilmente com as mudanças morais e de estilo de vida, os camponeses viviam uma experiência distinta que mesclava trabalho em comum e laços familiares patrilineares. Trabalhando em conjunto e consumindo coletivamente, ao invés de recebendo salários individuais, viviam na comuna, uma estrutura formada por todos os membros da família e que servia de governo local para divisão de terras e resolução de conflitos. Nos lares ainda imperava uma hierarquia completamente patriarcal e centrada nos matrimônios: enquanto nas comunas a produção e uso das terras eram compartilhadas, dentro das casas imperava a palavra do “chefe”, as possibilidades e escolhas do restante da família dependiam da aprovação do patriarca.

A criação de creches, restaurantes e lavanderias coletivas – a socialização do trabalho doméstico – possuiu um efeito tanto econômico quanto político, tocando os limites do Estado de prover tais serviços e nos limites culturais e tradicionais dos operários, mas sobretudo dos camponeses. Enquanto tais limites foram desafiados pelas mentes revolucionárias dos bolcheviques, muitas destas mudanças foram revogadas no governo de Stalin, que lidou com um cenário trágico tanto da política externa quanto de miséria na URSS. Foi sob o stalinismo que a família patriarcal voltou a ser sacralizada e propagada, o divórcio dificultado e o aborto criminalizado além, é claro, da perseguição de intelectuais.

A junção de feminismo e marxismo posta a prática na União Soviética trouxe à superfície uma discussão sobre a conciliação entre a luta revolucionária e demandas das mulheres, e revelou também a natureza machista que se manteve nas organizações trabalhistas e dentro do partido. Porém, para além de tudo isso, a experiência nos mostrou uma possibilidade real de emancipação da mulher, respeito e autonomia feminina sobre o próprio corpo. A formação de uma nova sociedade com igualdade entre homens e mulheres em torno da consciência de classe, que antes era apenas uma ideia, ganhou pela primeira vez um exemplo material, ainda que imperfeito e experimental.

IV. OS NOVOS MULHER E HOMEM E A MORAL SEXUAL

Como observado na experiência soviética, as transformações produtivas e sociais devem ser acompanhadas de profundas transformações culturais também. Alexandra Kollontai, membro do partido bolchevique e teórica marxista, em seu livro “A Nova Mulher e a Moral Sexual” descreve o nascimento desta nova mulher que surge com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, e como a moral sexual burguesa não a representa, muito pelo contrário.

A mulher moderna, “celibatária”, passa a se transformar para se adaptar melhor ao mercado de trabalho onde as mulheres mais “masculinizadas” se dão melhor do que as de espírito tradicionalista. Às mulheres a moral burguesa destina o matrimônio baseado na posse da mulher pelo homem; a prostituição e o amor romântico, inspirado no amor platônico e inalcançável da idade média. Os homens inseridos nessa sociedade ideologicamente dominada pela classe dominante, se tornam insensíveis às questões femininas e às próprias questões psíquicas e emotivas também, prejudicando o próprio amadurecimento espiritual. A masculinidade baseada na posse de mulheres se tornou um porto seguro para as neuroses do homem moderno, onde se ancora para se afugentar das inseguranças; ela o garante uma família, status, controle não apenas do corpo físico de uma mulher, mas principalmente de seu espírito e personalidade, espontaneidade, imprevisibilidade. Valorizamos um homem por sua capacidade de liderança, força, ambição, este homem procura para si uma mulher submissa, despolitizada, dócil – em geral mais nova -, o modelo de mulher a ser valorizada pela mesma sociedade patriarcal. Homens tem mais tempo dedicado ao crescimento intelectual e político, são desde novos estimulados a buscar tais aperfeiçoamentos individuais e se posicionarem, enquanto as mulheres são penalizadas se apresentarem o mesmo comportamento, criadas para servirem. Homem e mulher são tornados inimigos e se desconectam em nome da estabilidade institucional da família tradicional.

Sob o domínio da propriedade capitalista, a moralidade é ligada à sacralização da propriedade e coisificação das pessoas e relações. Cada vez mais se enfraquecem os laços sociais em prol de uma moral individualista mercadológica (e virtual), a solidão que sentimos nos faz buscar a “alma gêmea” vendida pela indústria cultural e com ela nos unirmos em matrimônio; possessivo, monogâmico e católico – anti-matriarcal.

Mas é essa solidão, também, que nos aponta um caminho a ser seguido de transformações das relações entre homens e mulheres, onde impera a camaradagem.

À classe operária interessa membros participativos de mente e espíritos críticos – e não submissos, passivos ou compromissados com o individual e particular - que sirvam ao coletivo, independente de gênero. É ela também que permanece frutífera, desenvolvendo novas ideias e formas de se relacionar, de se explorar, de se expressar, apesar de toda a opressão. A classe burguesa agoniza em sua lógica movida por combustíveis fósseis enquanto tenta injetar a vivacidade que aos trabalhadores pertence.

É dentro desta moral sexual operária e coletivista que nasce a nova mulher. Muito mais do que um acessório ou sombra do marido, são indivíduos que conseguem agir dentro da razão e não apenas movidas pelo sentimento ou medo, abrem mão dos ciúmes e da competitividade feminina instigada pela monogamia:

A nova mulher traz consigo algo que nos é completamente estranho, que às vezes chega inclusive a repugnar-nos pela sua originalidade. Contemplamos e buscamos nesse novo tipo de mulher os traços queridos e conhecidos das nossas mães e avós. Diante de nós, ergue-se, cobrindo totalmente o passado, um mundo de emoções, de sentimentos de necessidades completamente distintas. Onde encontrar a encantadora submissão feminina, a doçura das nossas mulheres do passado? Onde estará aquele seu talento especial para se adaptar ao matrimônio, para se submeter inclusive diante de um homem insignificante, para lhe ceder sempre o primeiro lugar na vida? Temos diante de nós a mulher-individualidade, uma personalidade que tem valor próprio, com um mundo interior todo seu, personalidade que se afirma, ou seja, em suma, a mulher que arranca as enferrujadas algemas que aprisionam o sexo. (KOLLONTAI, 1978)

Kollontai ainda descreve a nova mulher moderna como mais exigente para com o seu cônjuge, e relata a dificuldade dessas novas mulheres de encontrarem homens que saibam compreender as questões femininas e a abraçarem o seu “eu feminino”. Assustadora é a atualidade de suas palavras.

Fora do foco de seu livro, que conta sobre esta nova mulher inserida no proletariado, Kollontai paralelamente traça o surgimento na época ainda não visível de novos homens, afetados pelas transformações femininas, mais capazes um pouco de ouvirem as mulheres como companheiras de classe. Timidamente vemos hoje cada vez mais o nascimento de novos homens e mulheres e o desenvolvimento de uma nova moral sexual da classe trabalhadora que saiba comportá-los, bem como as diferentes formas de sexualidade.

V. CONCLUSÃO

Enquanto as mulheres permanecerem presas à casa, sendo um apêndice dela e da família que nela vive, continuarão espiritualmente distantes da classe trabalhadora à qual pertencem, reproduzindo valores tradicionais de ideologia burguesa e colocando pautas privadas e particulares na frente das questões coletivas, políticas e sociais. Porém, a renúncia ao trabalho doméstico e ambiente particular não bastam. A luta das feministas classistas, dentre outras coisas, também é pelo fim da família institucional burguesa e pelo surgimento de um novo jeito de homens e mulheres se relacionarem. Para tal, é importante a união feminina, participando em peso nos sindicatos, movimentos sociais, bairristas e estudantis, expondo as contradições do sistema capitalista na vida das mulheres trabalhadoras e como este sistema corrompeu os laços familiares.

A dupla exploração feminina é uma ferramenta importante do capitalismo patriarcal, porém, não é por isso que podemos deduzir a incapacidade de reprodução do sistema sem ela. A extração de mais-valia pelos capitalistas acontece independente dela. Devemos atentar, entretanto, que historicamente foi uma forma organizacional presente em diferentes sociedades industriais e que estabeleceu ideologicamente a opressão feminina, exercendo controle sobre a sexualidade e reprodutibilidade feminina ao passo que controla a reprodutibilidade do sistema de produção. A família como conhecemos depende do sistema, da opressão feminina, da divisão sexual do trabalho e do machismo; o capitalismo se apropria e acentua contradições sociais sejam elas de gênero, etnia, raça, sexualidade, etc. O feminismo liberal busca um capitalismo “mais ameno” onde as mulheres burguesas se afetem menos pelo machismo e misoginia alimentados por sua própria classe; as mulheres pobres, porém, além de mulheres são trabalhadoras.

O ponto final abordado no artigo trata da importância da transformação moral e espiritual da classe trabalhadora, buscando despertar união em torno de si independente das cisões interseccionais criadas pelo sistema capitalista ou por razões culturais e religiosas que o antecederam. Este trabalho é função masculina também, de formas distintas homens também são vítimas da mesma lógica de exploração e tem seu espírito e psique surrupiados em prol do sistema. Patriarca da família está se aliando ao capital que o explora, reproduzindo a lógica de exploração e hierarquia.

Ademais, para finalizar de forma inspiradora, cito uma última vez as palavras de Kollontai, que viu o amor como um fator social e assim como Marx e Engels viu o amor verdadeiro como princípio de união em uma sociedade livre, igualitária e fraterna:

O ideal de amor-camaradagem, forjado pela ideologia proletária para substituir o absorvente e exclusivo amor conjugal da moral burguesa, está fundado no reconhecimento dos direitos recíprocos, na arte de saber respeitar, inclusive no amor, a personalidade do outro, num firme apoio mútuo e na comunidade de aspirações coletivas. (...) Nesta nova sociedade, coletivista pelo seu espírito e suas emoções, caracterizada pela união feliz e relações fraternais entre os membros da coletividade trabalhadora e criadora, o amor ocupará um lugar de honra, como sentimento capaz de enriquecer a felicidade humana. Como se transfigurará? Nem a fantasia mais criadora é capaz de imaginá-lo. Só é indiscutível que quanto mais unida estiver a humanidade pelos laços duradouros da solidariedade, tanto mais intimamente unida estará em todos os aspectos da vida, da criação ou das relações mútuas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Joana El-jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. **Revista brasileira de ciência política**, Brasília, n. 18, p. 265-300, set-dez 2015.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 1 ed. [S.L.]: Outras Expressões. 117-140 p.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. 1 ed. [S.L.]: Plataforma Gueto, 2013. 158-171 p.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, estado e revolução**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014. 9-395 p.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. 3 ed. São Paulo, SP: Global Editora, 1978. 7-142 p.

MARXISTS.ORG. **Salário, preço e lucro karl marx**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1865/salario/index.htm>>. Acesso em: 25 set. 2018.

PCB.ORG. **O patriarcado do salário: “o que chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado”**. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/13581/o-patriarcado-do-salario-o-que-chamam-de-amor-nos-chamamos-de-trabalho-nao-remunerado/?fbclid=iwar0jgyljcczlaa3ovgr-ifpwqdkwokj7tbbka9xyjoaye17zpzbrsolalq>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. 1 ed. São Paulo: editora polis, 1987. 9-293 p.